



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Comissão Permanente de Compras e Licitação

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

JUSTIFICATIVA

JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

I - DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Tratam-se os autos de procedimento para a contratação de empresa para **prestação de serviço de limpeza e desinfecção química do reservatório de água** (cisternas e caixas d'água) para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

O processo administrativo foi instaurado a partir do formulário de intenção de aquisição de bens e serviços (0073064), exarado pelo Departamento de Serviços Gerais.

O Departamento de Serviços Gerais elaborou o termo de referência (0207824). Em seguida foram realizadas pesquisas de preços junto a empresas, conforme relação abaixo:

a) HALFA SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO E IMUNIZAÇÃO EIRELI, CNPJ: 23.236.991/0001-01, no valor de R\$ 17.486,80 (dezesete mil quatrocentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos) (0167363);

b) F C MASSARI EIRELI - ME, CNPJ: 10.405.169/0001-85, no valor de R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais) (0167370);

c) ATIBAIA ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO EIRELI, CNPJ: 63.777.254/0001-30, no valor de R\$ 17.200,00 (dezesete mil e duzentos reais) (0167372);

d) BIOTECH SOLUÇÕES EM BIOTECNOLOGIA LTDA - ME, CNPJ: 13.704.431/0001-80, no valor de R\$ 11.800,00 (dez mil e oitocentos reais) (0167375).

De acordo com a planilha mercadológica (0170270), o preço estimado da aquisição é de R\$ 14.471,70 (quatorze mil quatrocentos e setenta e um reais e setenta centavos).

Verifica-se na planilha que a empresa que ofertou o menor preço foi a empresa F C MASSARI EIRELI - ME, CNPJ: 10.405.169/0001-85, no valor de R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais). Foram juntadas os comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista da empresa (0185961, 0185962, 0185963 e 0217088), que demonstram que esta se encontra apta a contratar com a Administração Pública.

O Departamento de Contabilidade prestou informação no sentido de: "Informamos que até a presente data, para o exercício financeiro de 2023 na UG - 300001 – DPE/RO **há** empenhos emitidos para a referida natureza e subelemento em questão, conforme descritos abaixo. Enquanto que para a UG - 300011 – FUNDEP, **não há** os empenhos emitidos encontrados".

Posteriormente a Diretoria de Planejamento, Orçamento e Gestão emitiu Pré-empenho (0185372) e Declaração de Adequação Financeira e Orçamentária (0185353).

Portanto, em atendimento ao despacho exarado pela Exma. **Secretária-Geral**

de Administração e Planejamento (0178287), no sentido de que seja elaborada justificativa de dispensa de licitação, caso presente a hipótese ensejadora, esta Comissão assim se posiciona.

II - DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

Conforme a Intenção de Aquisição de Bens e Serviços, a contratação de empresa especializada para a prestação de **serviços de limpeza e desinfecção química do reservatório de água (cisternas e caixas d'água)**, a serem executadas nas dependências do edifício Sede da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, com fornecimento de mão-de-obra especializada, materiais, produtos de limpeza e equipamentos necessários, se justifica em razão do dever de manutenção das condições sanitárias, que incluem zelo, asseio, limpeza, conservação e integridade do patrimônio público, seguindo todas as normas contidas na Portaria de Consolidação nº 5 DE 28/09/2017 da ANVISA, que rege sobre a limpeza de caixa d'água, faz-se necessária para evitar a concentração de sujeira e também a proliferação de agentes patogênicos, que podem causar agravos à saúde e/ou prejuízos econômicos.

Em virtude da grande circulação diária dos assistidos e o desempenho das atividades prestadas pelos servidores da DPE/RO, torna-se indispensável à contratação de serviços de limpeza de reservatórios e manutenção da qualidade da água consumida, possibilitando a utilização da mesma sem impurezas ou substâncias tóxicas.

Água potável é aquela que pode ser utilizada sem riscos à saúde apresentando características sanitárias e toxicológicas adequadas e estar livre de organismos patogênicos e impurezas. Além disso, o alcance dessa qualidade de água auxilia na prevenção de doenças provocadas pela água imprópria ao consumo humano, como as doenças de origem hídrica. Desse modo, é essencial que seja realizada a limpeza e desinfecção nos reservatórios de água do edifício Sede da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

Os serviços comuns supracitados visam prover o órgão de uma prestadora de serviços com mão de obra especializada, que possui toda a capacidade técnica necessária nas devidas etapas do processo de limpeza e desinfecção, contribuindo ainda, para a melhoria dos serviços oferecidos pela DPE-RO. Além disso, trata-se do cumprimento da Administração em conservar e manter os bens públicos e possibilitar ambiente organizacional.

A contratação deverá ser celebrada com empresa(s) do ramo por meio do qual a DPE-RO fixará os requisitos técnicos, condições contratuais, forma de suporte, prazos de execução e prestação de documentos, tudo para assegurar a plena execução dos serviços.

Assim sendo, por efeito dos fatos acima citados, a contratação dos serviços de limpeza e desinfecção química do reservatório de água (cisternas e caixas d'água), faz-se necessária.

III - DA LEGALIDADE

É de conhecimento público que contratação de qualquer serviço através de dispensa de licitação constitui medida excepcional na política de aquisições/contratações do poder público, e por isso, tal procedimento deve ser subsidiado por elementos objetivos indispensáveis à sua legalidade.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

A Constituição Federal de 1988 concedeu a possibilidade da contratação sem licitação desde que especificados em legislação, por lei ordinária. Diante disso a Lei nº 8.666/1993 estabeleceu a figura da **dispensa de licitação (art. 24)** e inexigibilidade de licitação (art. 25).

Ao compulsar os autos, verificam-se elementos objetivos que subsidiam legalmente o emprego da dispensa de licitação para a contratação ora pretendida, tendo em vista o valor acima citado.

Diante disso, após análise dos autos, verificou-se que a presente contratação poderá ser realizada por meio de dispensa de licitação em razão do baixo valor da aquisição, segundo dispõe o art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993, conforme trecho transcrito abaixo:

Art. 24. É dispensável a licitação.

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até **10% (dez por cento)** do limite previsto na **alínea "a", do inciso II do artigo anterior** (R\$ 8.000,00) e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia:

(...)

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior

a) Convite - até **R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais)

No entanto, é oportuno informar que o Decreto Federal nº 9.412/2018, atualizou os valores limite de três modalidades de licitação – convite, tomada de preços e concorrência, o que influencia diretamente no valor da dispensa de licitação prevista no artigo 24 da lei 8.666/93. Vejamos a redação do referido decreto:

Art. 1 - Os valores estabelecidos nos [incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), ficam atualizados nos seguintes termos:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

Portanto, o valor máximo para as dispensas de licitação prevista no art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993 passa a ser de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).

Para ocorrer a dispensa de licitação, a lei de Licitações traz outras exigências, previstas no art. 26, senão vejamos:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2o e 4o do art. 17 e no inciso III e seguintes

do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

A esse respeito, nota-se que foram satisfeitas as exigências do referido artigo, nesse sentido fazem-se necessárias às considerações abaixo:

1 - Quanto ao inciso I, não é aplicado ao caso;

2 - Quanto ao inciso II, à razão do fornecedor ou executante, qualifica-se por ser a empresa especializada que apresentou menor preço entre as propostas, possuir regularidade fiscal e trabalhista para contratar com a Administração e capacidade técnica para o fornecimento.

3 - Quanto ao inciso III, a justificativa do preço encontra-se na proposta de preços apresentada pela empresa F C MASSARI EIRELI - ME, CNPJ: 10.405.169/0001-85, no valor de R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais) (0167370), cujo valor é inferior ao preço médio apurado em planilha mercadológica.

4 - Quanto ao inciso IV, não é aplicado ao caso.

Assim sendo, verifica-se que a presente contratação apresenta os requisitos legais, sendo possível, portanto, a dispensa de licitação com base no art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993.

IV - DA CONCLUSÃO

Pelas razões expostas, e, sobretudo, pela estrita observância aos dispositivos legais que regulamentam a matéria para as aquisições aqui especificadas, justifica-se a contratação direta por **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, observada as demais exigências legais, para validar o respectivo ato.

Destacamos que a presente manifestação não vincula a decisão superior acerca da conveniência e oportunidade do ato, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que está carreado ao processo. Contudo, vem somar no sentido de fornecer subsídios a autoridade superior, a quem cabe a análise desta decisão.

Porto Velho - RO, na data da assinatura.

Antônio Carlos Mendonça Tavernard
Analista da CPCL/DPE/RO



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Mendonca Tavernard, Analista Jurídico**, em 14/06/2023, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0219004** e o código CRC **65CBED15**.

Caso responda este documento, favor referenciar expressamente o Processo nº 3001.104292.2022.

Documento SEI nº 0219004v5